

Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural¹

Mônica Leite Lessa²

Introdução

Passada mais de uma década do primeiro *Encontro de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do Mercosul* (1992) e da publicação do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul (1996), tem-se à disposição uma razoável literatura acerca dos avanços e das dificuldades da integração cultural do Bloco. Em verdade, desde o *Seminário Identidades, políticas culturais e integração regional*, realizado em Montevideu, em 1993, muitos especialistas tem se debruçado sobre os diversos aspectos da questão para, em sua ampla maioria, defenderem a importância da cultura no processo de integração. A percepção mais corrente, entretanto, é a de que o Mercosul Cultural ainda não recebe a atenção devida por parte dos Estados mercosulenhos. Em 2006, o próprio Ministério da Cultura do Brasil (MinC) reconheceu, em documento intitulado “Diagnóstico sobre o Desempenho do Mercosul Cultural”, apresentado durante a XXIII Reunião do Comitê Regional do Mercosul Cultural, que “dois desafios estruturais” persistiam desde a

instituição do Mercosul Cultural: a descontinuidade das políticas acordadas e as assimetrias sistêmicas inerentes ao Bloco.

Marcado por mudanças globais e decisivas em suas últimas décadas, como o desenvolvimento vertiginoso das ciências e das tecnologias, a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria, o triunfo do neoliberalismo e o “real ou ilusório” (Held, 2001) fenômeno da globalização, ao completar seu ciclo o Século XX ainda inaugurou, em várias partes do globo, uma nova configuração geopolítica: a formação dos chamados blocos regionais. Apresentados como possíveis respostas às supostas ameaças que o novo cenário internacional representaria para os Estados nacionais, indiscriminadamente, a constituição da União Europeia, do Mercosul e do Nafta teria sido motivada por ideais solidários contra os efeitos colaterais da nova ordem internacional. A lista é longa, mas para os fins deste artigo basta lembrar que co-existem com os fenômenos desse final de Século a ideia de fim das utopias, a ideia de fim das divisões ideológicas, a crença em uma tendência para emergência de conflitos culturais e os embates políticos em torno do status da cultura em organizações internacionais como a OMC e a Unesco. Nesse sentido, a ideia de que na “globalização”, ou na “pós-modernidade”, como prefere Jameson (2000), a cultura não é mais uma “expressão relativamente

1. Artigo originalmente apresentado no VII Encontro Internacional do Fórum Universitário do Mercosul.

2. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

autônoma da organização social” mas a “própria lógica” do capitalismo tardio aponta para a necessidade de se repensar o lugar da cultura a partir 1945, articulado com as expectativas, perspectivas e as disputas travadas em seu nome.³

Por sua vez, contemple-se no mesmo período a situação na América Latina. Ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, as tentativas de integração regional ganharam impulso acompanhadas de esforços para melhor adequação à reestruturação da nova ordem mundial e às medidas preconizadas pelo Consenso de Washington, especialmente formulado para as economias latinoamericanas. O paradigma neoliberal se impôs como pensamento único e passou a contestar sem cerimônia a tradicional estatização das economias locais, que passaram a sofrer toda sorte de pressões em nome da globalização. No campo político, a nova ordem em processo assumiu um caráter homogêneo no qual o “pluralismo democrático como forma legítima de organização” político-social tornou-se condição *sine qua non* para um mais amplo acesso e trânsito na vida internacional. Nesse contexto, a integração da América do Sul despontou como a saída para o aquecimento das economias locais, para a projeção regional no sistema internacional, para a proteção dessas economias contra os efeitos colaterais da globalização. Ao contrário de experiências

anteriores, contudo, notadamente Alalc e Aladi, observa Miriam Saraiva (2007, 130), o modelo de integração em curso na década de 1990 orienta-se para o exterior do bloco regional, não se baseia na substituição de importações mas aposta em projetos de desenvolvimento alicerçados sobre a abertura econômica estimulada pelo ambiente internacional.

Por outro lado, a despeito das dificuldades inerentes a qualquer processo de integração, e das críticas formuladas em relação a vários dos aspectos constitutivos da formação do bloco, como a ausência, ou insuficiência, de políticas de promoção social, o Mercosul tem avançado agregando à sua proposta original outras dimensões, além da política e da econômica, que ampliaram as expectativas e os horizontes fixados pelo Tratado de Assunção. Se em seu documento fundador, o Tratado de Assunção (1991), não houve sequer menção ao lugar da cultura na construção dessa integração, em 1992 a cultura passou a ser incorporada nas formulações políticas do bloco, conforme demonstrou a organização do primeiro *Encontro de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do Mercosul*. Nesse sentido, novamente diferentemente do ocorrido em tentativas precedentes de integração regional do subcontinente, destaca-se o fato da cultura, finalmente, ocupar um lugar no processo de integração do Cone Sul.

Na raiz dessa inédita iniciativa, acreditamos, encontram-se as repercussões das transformações

externas e regionais rapidamente acima aludidas. A influência dos debates internacionais em torno da cultura sem dúvida contou para fortalecer a posição daqueles que assinalavam a defasagem de uma proposta que nascia “amputada” por não contemplar a dimensão cultural na estrutura do recém criado Mercosul.

A despeito, contudo, dos avanços alcançados nessa área, as atribuições e realizações do Mercosul Cultural ainda são consideradas insuficientes. Nesse artigo examinamos rapidamente os avanços e os “desafios” do Mercosul Cultural, à luz da reflexão dos entusiastas e dos críticos do modelo de integração cultural do bloco. Buscamos introduzir uma análise, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, que contemple a relação entre as principais ações do Mercosul Cultural, seu impacto para a economia da cultura do bloco e sua contribuição para a ampliação da integração do Cone Sul. Por fim, cabe o registro, sendo resultado preliminar de uma pesquisa ainda em curso, este trabalho não esgota todas as possibilidades analíticas que seu tema propõe, mas apenas avança, parcialmente, os primeiros dados coletados na investigação sobre o tema em tela.

Cultura e Integração

A passagem abaixo, reproduzida por Hugo Achugar em texto sobre a política cultural do Mercosul, reflete o debate acerca da equação integração-soberania-cultura, e ilustra as diferentes expectati-

3. Para uma síntese dos conceitos e discussões teóricas sobre cultura e relações internacionais ver Lessa e Suppo (2007).

vas em relação ao papel da cultura no Mercosul:

[...] o deputado Machiñena, relator geral da Comissão, que estudou o Acordo Marco e apoiava a ratificação, referiu-se a aspectos culturais apenas para indicar a posição privilegiada do Uruguai, em que, o “nível cultural de nosso povo” e sua “preparação torna o país mais atraente para os investimentos”. [...] o relator da minoria, deputado Hélio Sarthou, que se opunha, afirmou: “Temos muito receio da articulação do Tratado de Assunção com o chamado Tratado Quatro Mais Um, além dos compromissos temporais, pela profundidade das medidas que podem nos relegar às margens da zona integrada, no papel de provedor de serviços em uma divisão de trabalho conveniente para as multinacionais... com nossa identidade nacional comprometida. [...] As carências sobre temática social se reiteram também no que diz respeito aos aspectos culturais, de grande transcendência na hipótese de integração” (Achugar, 1994).

As duas posições acima são emblemáticas dos debates em torno do status da cultura no Mercosul. *Et pour cause*. Sistema de valores simbólicos, de representações e referência estruturante da identidade dos povos, a cultura

é também responsável pelo comportamento dos Estados (Freymond, 1980). Por sua vez, no processo de integração, chama a atenção J.F. Sombra Saraiva (2003), a importância da cultura para o sucesso da empreitada é tanto “romântica” quanto “pragmática”, e a “materialidade econômica da cultura permite a viabilidade dos desejos de aproximação dos povos”. A cultura encerra, portanto, múltiplos desafios e perspectivas, assim como múltiplas “funções”, como apontou Gaudibert (1972), ou “conveniências”, para empregarmos a expressão de Yúdice (2004). Além disso, “longe de ser periférica ao desenvolvimento econômico”, assinala David Throsby (2007, 6), a cultura é “inextricável e central a ele, oferecendo tanto o contexto no qual o progresso econômico ocorre, quanto o próprio objeto de desenvolvimento, quando vista sob a perspectiva das necessidades individuais.”⁴ Dessa forma, argumenta ainda José Flávio Saraiva (2003), “cultura, integração e indústria podem vir a ser dimensões que, se articuladas de maneira adequada, permitirão abrir uma triangulação nova e original no Mercosul”.

Em agosto de 1992, foi realizada a primeira *Reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais do Mercosul*, em Brasília, na qual foram determinadas as principais ações com o fito de se “examinar os modos e meios de iniciar processo de consultas periódicas a fim de coordenar e integrar as políticas culturais respectivas, estimulando o

conhecimento mútuo dos valores e atuações culturais de cada Estado Parte, bem como empreendimentos conjuntos e atividades regionais no campo da cultura.”⁵ Em seguida, foram instituídas *Reuniões Especializadas de Cultura* (a partir de 1995), e de *Ministros de Cultura do Mercosul* (a partir de 1996), enquanto que paralelamente ocorreram *Reuniões da Comissão Técnica de Capacitação Cultural* (desde 1995).⁶ Ganhava assim impulso uma política cultural da integração que, no entanto, continuava sendo mal avaliada:

O que foi estabelecido no Tratado e realizado pelas autoridades com relação à cultura, durante esse período chamado de transição, reduziu-se a três aspectos: declarações sem efeito jurídico sobre a cultura, sendo esta entendida em sentido tradicional; uma ou duas reuniões referentes a aspectos educacionais e a possibilidade de compatibilizar currículos e estabelecer sistemas de revalidações – embora valha a pena destacar que as universidades foram as que mais avançaram nesse aspecto, como demonstra a presente reunião de Porto Alegre; e problemas vinculados à propriedade intelectual. Justamente o terceiro aspecto é o que tem implicações econômicas evidentes, e tem sido impulsionado por alguns setores da indústria cultural; concretamente, a indústria discográfica, que se mostrou preocupada com a pirataria realizada por alguns setores da indústria paraguaia. Com relação a esse aspecto, formou-se uma subcomissão da equipe econômica, que trabalha no período de transição do Acordo

4. Throsby, David. Economics and culture, p. 164, citado por Reis (2007).

5. I Reunião de Secretários de Cultura e Autoridades Culturais, Brasília, 25/08/1992. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/unir/webunir/bil/a/esp/MERCOSUL/9seccul.htm>.

6. Vide site do Mercosul Cultural: <http://www.cultura.gov.br/mercosul/>.

Marco e é composta de representantes dos setores industriais e assessores técnicos do Ministério da Economia. Essa espécie de subtexto econômico ou de trama básica do Mercosul relegou os temas culturais e acadêmicos para o espaço da retórica, e não conseguiu avançar em suas projeções. Em outras palavras, os Estados participantes do Acordo Marco de Assunção limitaram-se ao que o Tratado estabelece: um mercado comum em níveis industrial e comercial tradicional, sem incorporar a indústria cultural ou sem pensar que o peso econômico dessa indústria seja relevante. Ignorando, ou melhor, depreciando desse modo a possibilidade de permitir um espaço de integração cultural (Achugar, 1994).

Todavia, a despeito dos problemas apontados por Achugar, o projeto de uma política cultural do bloco avançou visando deitar as bases de uma estrutura compatível com as possibilidades e demandas dos países envolvidos. Em 1995, à ocasião da primeira *Reunião Especializada de Cultura do Mercosul*, ocorrida em Buenos Aires, e na qual participaram Ministros e Secretários de Cultura dos Países Partes, foi produzido um primeiro documento com vistas ao entendimento para a institucionalização do aparato técnico-burocrático referente às políticas culturais voltadas para a promoção das relações culturais entre os países. Em 1996, o chamado *Encontro de Fortaleza*, organizado por Roberto da Matta e Felix Peña entre 13 e 14 de dezembro, congregou pesquisadores, intelec-

tuais, diplomatas e políticos a pensarem a questão cultural no processo de regionalização. No *Termo de Referência do Encontro*, os organizadores alinharam-se na crítica ao Tratado de Assunção ao afirmarem, no primeiro dos três pontos que constituem esse documento, que, acima de tudo, o objetivo do encontro era:

Pensar a integração regional do ponto de vista social e cultural, buscando incrementar a troca de experiências políticas e intelectuais, tendo como propósito o exame da possibilidade de criar-se uma rede institucional que contribua para a ampliação do nosso intercâmbio, não só como produtores de bens e serviços, mas também como sócios culturais que compartilham um conjunto de valores comuns. [...] Nossa reunião, portanto, deseja pensar a região e o Mercosul, para além de seu conteúdo econômico (Funag 1997, 15).

Em seguida, em dezembro de 1996, a Decisão Nº 2/95 do Conselho do Mercado Comum, e a Ata Nº 2/96 da Reunião de Ministros da Cultura, realizada em Fortaleza (Brasil), aprovou o *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*. Composto de vinte artigos, esse será o documento estruturante da política cultural do Bloco. Desde 1996 buscou-se ainda superar a inexperience burocrática criando-se reuniões técnicas que deram origem a uma burocracia especializada, instituiu-se a dinâmica de reuniões regulares de Ministros de Cultura e envidou-se esforços para cum-

prir-se o previsto no *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*. A participação de especialistas da área da cultura e da área da integração regional também se tornou corrente para se repensar os rumos da integração cultural. Inúmeros projetos e ações foram estabelecidos nesse âmbito, em grande parte sugeridos pelos cientistas sociais envolvidos. O *Selo Mercosul Cultural*, por exemplo, que normatiza a circulação de bens culturais, é fruto dessa política e tem por objetivo promover o intercâmbio artístico-cultural por meio de isenção de tributos e garantias alfandegárias.

No entanto, passada mais de uma década após a assinatura do *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*, os avanços no âmbito dos assuntos culturais parecem erráticos e insuficientes, se aferidos do ponto de vista da economia da cultura ou da agenda da política externa dos países. Alguns autores estimam que o Mercosul não tem uma política cultural e isso porque a cultura não tem centralidade na construção do bloco regional (Soares, 2008). Concordamos, em parte, com essa visão, que, por sua vez, reflete uma realidade dos países mercosulenhos (Lessa, 2008a). Se, porém, considerarmos que antes do Mercosul Cultural pouco ou quase nada existia em termos de relações culturais institucionais entre o Brasil e os demais países da América do Sul, podemos ser mais otimistas em relação à empreitada iniciada em 1992 (Lessa, 2008b). A evolução da institucionalização dessa polí-

tica regional não apenas progrediu para a execução de ações culturais conjuntas mas ainda suscitou e promoveu uma série de reflexões que, talvez em um momento raro, reuniu uma plêiade de intelectuais interessados em trabalhar em prol de uma “cultura da integração”.

Nesse sentido, Gregório Recondo (1997) escreve em uma de suas obras mais completas sobre o tema da integração regional: “Vaticina-mos entonces que la integración de nuestros pueblos fracasará en el largo plazo si no incorporamos la dimensión cultural al proceso integrativo.” E mais adiante: “Tenemos en claro que llegar a la integración por la vía de la cultura es propender a una nueva cultura de la integración.” Recondo esclarece que em sua visão integração cultural não é assimilação, fusão, homogeneização, hierarquização ou cooperação mas “congruência significativa de normas, papeles y valores”. É um fenômeno sobretudo espontâneo, “más producto de la realidad que consecuencia de deliberaciones grupales”. Ou seja, a integração cultural expressa uma “congruencia significativa de pautas y valores entre las partes diferenciadas que pueden ser los Estados nacionales que participan de un proceso integrador.” Isto é, a integração cultural deve ser a convivência de unidades separadas que formão um todo coerente e isso ocorre quando os “fenômenos interactuantes, causalmente relacionados, se presentan entre si en consecuencia lógica”.

Essa visão, profundamente deter-

minada em relação à importância da cultura para a integração regional, não apenas nos marcos do Mercosul mas em relação à América Latina, se fundamenta na história da formação da civilização latinoamericana: “produto do *carrefour* de diferentes culturas”, da síntese entre o “universal” e o “nacional”, que a frase de Alfredo Palácios tão bem traduz: “Dentro de nuestras fronteras (iberoamericanas) acampa la humanidad” (idem).

Perspectivas e desafios

Dentre as dificuldades reiteradas vezes denunciadas pelos pesquisadores do tema em foco, destaca-se a ausência e/ou dispersão dos dados estatísticos. No Brasil, eles estão dispersos entre o MinC, Itamaraty, IBGE, Ipea, FGV, BNDES e vários outros organismos. Muitos autores já apontaram essa dificuldade e a esperança é que o Sistema de Informação Cultural da América Latina e do Caribe (SICLaC) e o SIC-SUR (Sistema de Informação Cultural do Mercosul) venham colmatar essas lacunas e contribuir para a integração regional de forma mais efetiva. Essa dispersão dos dados estatísticos apenas reflete a descentralização das ações de políticas culturais. Essa realidade, muitas vezes, prejudica a percepção dos avanços e das perspectivas da situação das relações culturais mercosulêneas. Essa é a razão, acreditamos, para que no plano das formulações e das análises sobre a integração cultural no bloco, se observe grandes reservas e ceticismo acerca das

políticas culturais em curso. Na visão de Maria Susana Soares (2008):

Questões de grande relevância para a escolha do melhor caminho para avançar na integração regional – a política, a cultura, a educação e as relações sócio-laborais – têm recebido pouca ou nenhuma atenção das diplomacias governamentais. [...] Os Estados-membros ao não possuírem uma diplomacia cultural, complementar à atividade diplomática tradicional, revelam a prevalência no Mercosul de estratégias inspiradas pelo hard power e a subvalorização do soft power. Poucos são os que percebem que, com o avanço dos processos de globalização econômica e tecnológica, as relações internacionais passaram a depender, cada vez mais intensamente, da cultura, do soft power, do que do poder econômico ou da força das armas. A liderança política dos países transformou-se numa concorrência para atingir a atração, a legitimidade e a credibilidade internacional (Rabadán e Onofrio, citados por Soares 2008, p.54).

No entanto, o desafio assumido pelo Brasil para a criação da Universidade Federal de Integração Latinoamericana (Unila) é um claro exemplo do compromisso do país com o projeto de integração regional. E o ineditismo da iniciativa brasileira, inclusive em promover o vínculo entre educação e cultura, constitui uma resposta relevante para a fundação de uma identidade regional “solidária” e “integradora”. O desafio posto ao Brasil é duplo: cabe ao país, exclusiva-

mente, assegurar a construção e o funcionamento da futura universidade e, ao mesmo tempo, desenvolver um projeto pedagógico que privilegie a multidisciplinariedade, promova a integração do conhecimento e represente um “pólo de idéias” e de discussões sobre a realidade latinoamericana. Projetada para atingir, na próxima década, um contingente de dez mil estudantes (entre brasileiros e latinoamericanos) e quinhentos docentes, brasileiros e latinoamericanos, alocados em cursos de graduação, mestrado e doutorado, a Unila será a primeira universidade bilíngüe (português/espanhol) do continente e abrigará cursos planejados para atender a temas candentes para a América Latina: Energia, Meio-Ambiente, Migração e Trabalho, Saúde Pública, Novas Tecnologias etc., entre outros que abarcam desde as Ciências Exatas às Ciências Humanas.

A Unila cumprirá assim uma das principais propostas do Mercosul Cultural que é promover a formação dos estudos universitários na região, ação considerada prioritária para incentivar e consolidar o intercâmbio entre jovens, bem como a construção de uma cultura da cooperação. Fruto de uma política cultural que, evidentemente, não é destituída do interesse do Brasil em projetar sua influência na região, ela tem, no entanto, o mérito do compromisso com as iniciativas integradoras (Ferré, 2002).

Outro desafio a ser enfrentado foi apontado por Néstor Canclini

(1999) no âmbito estrito das políticas culturais, ainda nos idos dos anos 1990. Para Canclini, cinco grandes questões deveriam orientar a reformulação das políticas culturais na América do Sul: a maioria das mensagens e bens culturais recebidos pelas nações não é mais produzida em território nacional; a maioria dos investimentos dos Estados no setor ainda se concentra na tradicional tríade: artes cultas, preservação de patrimônios monumentais e preservação do folclore, com poucos investimentos nas indústrias culturais de massa; as grandes empresas privadas transnacionais são as principais detentoras dos grandes meios de comunicação de massa, influenciando assim na alienação cultural e política do público; as ações culturais dos organismos internacionais e aquelas originadas das reuniões dos ministros da cultura reproduzem a visão da tradicional tríade cultural a ser priorizada. Canclini (p.235-237) assinalou ainda que o consumo cultural, nas grandes cidades sul-americanas, da alta cultura escrita, das artes plásticas e de música erudita atingia apenas 10% da população.

Por sua vez, segundo dados da Unesco, desde a década de 1980, bens e serviços culturais atendem a uma demanda crescente de consumo a ponto do setor representar, em 2005, 7% do PIB mundial. Em escala mundial o comércio de bens culturais passou de US\$ 39,3 bilhões em 1994 para US\$ 59,2 bilhões em 2002. Em 2002 a União Européia controlava 51,8% das exportações, seguida da Ásia

com 20,6%; dos Estados Unidos, que caiu de 25%, em 1994, para 16,9% em 2002; da América do Sul e das Caraíbas, que subiram de 0,8% em 1994 para 3% em 2002; da África e Oceania, com apenas 1%. As mesmas análises destacam ainda que do ponto de vista das importações, os países com altos índices de desenvolvimento são responsáveis por 90% do mercado consumidor. Na América Latina, o México seria o único país da região a figurar entre os primeiros vinte importadores/exportadores mundiais de bens culturais em 2003. O Brasil foi considerado um eterno grande importador de bens culturais: em 1994 essas importações foram calculadas em US\$ 165,9 milhões, enquanto as exportações não passaram de US\$ 56,9 milhões. Em 2003, a balança comercial permanecia negativa mas com uma redução, devido sobretudo à perda de 1/3 do valor das importações, que totalizaram US\$ 105,7 milhões, enquanto o valor das exportações permanecia nos mesmos patamares de 1994. Duas explicações são avançadas para essa mudança: a diminuição do preço dos jogos eletrônicos (*video – games, sobretudo*) em 50% do valor, entre 1994-2002, e a criação da zona livre de Manaus, nos anos 1990, que aumentou a capacidade produtiva do país e reduziu as importações. Em 2003, 45,1% das importações brasileiras estavam concentradas nas mãos de dois países: Estados Unidos (28,8%) e Inglaterra (16,3%), os países da ex-futura ALCA foram responsáveis por apenas 14%. Porém, a posição dos EUA, que

detinha 41,3% das importações brasileiras em 1994, caiu para 28,8% em 2003. No mesmo período, o Japão caiu de 10,9% para 3,6%. Enquanto países como Argentina, Chile, China, Inglaterra e Espanha tiveram maior participação.⁷

Por meio de um *Diagnóstico sobre o Desempenho do Mercosul Cultural*, apresentado durante a XXIII Reunião do Comitê Regional do Mercosul Cultural (XXIII CCR), o MinC alertou: “O maior desafio do Mercosul Cultural, segundo a visão do Ministério da Cultura do Brasil (MinC), será estabelecer uma base sólida e politicamente consistente para conferir continuidade às diretrizes do bloco; e, ao mesmo tempo, conceber ferramentas flexíveis e isonômicas que permitam a elaboração de ações conjuntas de interesse comum.”⁸ As propostas e os objetivos ambiciosos do Mercosul Cultural esbarraram portanto nas dificuldades de cada país em diminuir suas próprias desigualdades sócio-culturais. Enquanto isso, a construção do Mercosul Cultural avança a despeito da descontinuidade das políticas acordadas e das assimetrias sistêmicas inerentes ao bloco:

7. Cf. Échanges internationaux d'une sélection des biens e services culturels, 1994-2003. Institut de statistique de l'UNESCO, 2005. http://www.uis.unesco.org/template/pdf/csc/IIntlFlows_Fr.pdf

8. <http://www.cultura.gov.br/site/22/11/2006>

9. Notícias sobre a XXVI Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul, realizada em Buenos Aires, em 12/6/2008, à ocasião da sucessão da Argentina pelo Brasil, na presença *pro-tempore* do Mercosul cultural. <http://www.cultura.gov.br/site/2008>.

Ao assumir as funções, o Ministério da Cultura brasileiro é convocado a refletir sobre essa parceria continental e agregar mais alguns tijolos a nossa construção coletiva [...] Vejo que os acordos e pactuações feitos aqui pelos nossos governos são aos poucos absorvidos pela dinâmica interna de nossos países e orientam expectativas comuns de desenvolvimento regional, fazendo com que medidas multilaterais impactem o cotidiano de nossas populações. [...] Vejo a produção de conteúdos do Mercosul como questão decisiva para que afirmemos a autonomia de nossos territórios. O espaço virtual desses veículos de comunicação é o dispositivo que materializa o ambiente sul-americano, mas isso só ocorrerá se nos associarmos cooperativamente para reinventar diariamente nossa cultura comum. Creio que o que foi feito até aqui, através do DOC TV, nos aponta caminhos para seguirmos nessa direção. [...] foram destaques a assinatura da Declaração de Integração Cultural do Mercosul; a criação do Comitê das Artes do Mercosul (ArteSul); a aprovação da proposta do Site do Mercosul Cultural; e a previsão de realização do encontro Sulamericano de Culturas Populares, em Caracas, a ser coordenado pela Venezuela e Brasil; e o encontro dos Povos Guaranis. [nesse encontro, o diretor de Relações Internacionais do MinC, Marcelo Coutinho, afirmou que a reunião dos Ministros da Cultura marcou um novo momento no Mercosul Cultural]. Passamos para uma etapa de institucionalização, com a proposta brasileira de criação de uma Secretaria Técnica Permanente, além da implantação de projetos de integração cultural, tais como o Selo Cultural e os Itinerários Culturais.⁹

Conclusão

Céticos e integracionistas discordam sobre os avanços do Mercosul mas concordam em que a integração regional deverá, até para garantir sua sobrevivência, promover a dimensão cultural do bloco. Esta, por sua vez, é vista pela indústria cultural regional como a oportunidade de expansão de um mercado dominado por grandes conglomerados estrangeiros que pela superioridade de condições impedem qualquer possibilidade de crescimento sustentável do setor:

A escala internacional, las industrias culturales y de la comunicación son a su vez, desde hace dos o tres décadas las que generan más empleo que cualquier otro sector industrial. Consideradas en su conjunto, constituyen hoy un negocio cercano a los 1,6 billones de dólares, con ventas anuales que equivalen al 12% del valor de la producción industrial en todo el mundo. [...] “La consolidación del Mercosur y la incorporación de las industrias culturales en la dinámica del mismo, permitiría que las empresas productoras puedan contar con un mercado mayor para cubrir sus costos de producción e insertarse en forma ventajosa en terceros mercados. La regionalización permite la articulación flexible entre diferentes empresas para responder a las demandas de noticias u otros productos culturales y la posibilidad de recuperar los costos de producción en un mercado mayor permite mayores inversiones, creación de puestos de trabajo y aumento del comercio de los productos de las industrias culturales. Estas estrategias tendrán efecto centrípeto, realineando las identi-

dades a partir de la interacción” (Getino, 2001).

No caso do Brasil, e talvez dos demais países do Mercosul, a complexidade da relação nacional com sua cultura é o primeiro e principal desafio a ser enfrentado pela sociedade e pelos responsáveis pela política cultural para que o setor garanta, efetivamente, um desenvolvimento sustentável e à altura de suas possibilidades. Porque em tempos de globalização, a cultura não apenas permanece como estruturante da identidade dos povos mas como um dos setores que mais crescem:

A pergunta que nos movimenta hoje é saber como a cultura pode colaborar no crescimento econômico e num novo padrão de desenvolvimento. No fim do ano passado, o IBGE apresentou ao Brasil como as atividades culturais movimentam hoje uma receita líquida de R\$156 bilhões de reais o que indica uma participação do setor cultural de 7,9% na receita líquida total do país. O IBGE revela com esse estudo que a cultura corresponde ao quarto item de consumo das famílias brasileiras, superando os gastos com educação e abaixo apenas da habitação, alimentação e transporte. Existem cerca de 290 mil empresas culturais no Brasil responsáveis por uma massa salarial de R\$17,8 bilhões de reais. [...] O Brasil é o 10º maior mercado consumidor de música do mundo, tendo movimentado a cifra de US\$ 265 milhões no ano de 2005. É importante frisar que 76% desse valor foi despertado por conteúdos

brasileiros e por músicas nacionais. O disco, como mercadoria, chega a 55% dos mais de 5.550 municípios brasileiros que possuem lojas de discos e vendem CDs e DVDs. A força deste mercado interno repercute na inserção da música brasileira em outros países. No ano de 2005, exportamos R\$ 28 milhões em vendas de discos e R\$ 5 bilhões em aparelhos de áudio, fonográficos e de vídeo. Essas cifras tornariam-se mais expressivas e detalhadas caso contabilizássemos a renda auferida em shows e espetáculos dos músicos brasileiros em outros países. No caso do Brasil, esse poder é parte realidade, e outra parte dele é ainda potência, é devir.¹⁰

A percepção do MinC, veiculada no “Diagnóstico sobre o Desempenho do Mercosul Cultural”, é que até 1999 houve uma concentração de esforços para harmonização dos interesses e procedimentos culturais visando a coesão do bloco – contudo sem maiores avanços para edificação das atividades projetadas, em parte devido às assimetrias entre os países, em parte devido às oscilações da economia mundial; no entanto, consolidou-se a visão sobre a necessidade de formação de comissões e reuniões técnicas para se alcançar progressos mais significativos. Em 2000, observa-se mudanças “sutis” da filosofia de ação: prioridade à concepção de projetos pontuais em detrimento de projetos vinculativos, como o Selo Mercosul Cultural, Diversidade Cultural, Patrimônio imaterial ou o Protagonismo em foros internacionais, por exemplo. Em 2001, “a cultura ganhou uma definição mais ampla como fenô-

meno catalisador da integração regional” e do desenvolvimento (em sintonia com a agenda da Unesco), mas os resultados do Mercosul Cultural ainda permaneciam aquém de suas possibilidades. Em 2003-2004, essa tendência foi revertida pois os Ministros responsáveis passaram a exigir mais dos entes nacionais responsáveis pela formulação e execução das ações fixadas pelo Mercosul Cultural. Quatro aspectos foram então considerados absolutamente prioritários pelo Bloco: capacitação de pessoal; institucionalização do Selo Mercosul Cultural; consolidação dos Corredores Culturais (ações em faixas de fronteiras) e da Economia da Cultura (estritamente dependente dos ajustes alfandegários no Bloco, como o Selo do Mercosul Cultural).

Emerge, portanto, da análise dos dados disponíveis, que os problemas do Mercosul Cultural, não derivam de falta de recursos ou de política cultural mas de deficiências estruturais dos países membros, que não necessariamente estão ligadas à posição do país A ou B no ambiente internacional, assimetrias que poderão ser superadas se houver vontade política e conjuntura favorável. Contudo, arriscamos em afirmar que nunca a aproximação entre os países do Mercosul, o intercâmbio cultural e a cooperação técnico-científica foi tão significativa e plena de promessas.

Referências

Achugar, Hugo (1994) A política cultural no acordo Mercosul. *Estud. av.* vol. 8, n. 20, p. 215-229. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n2>

10. Discurso do Ministro Gilberto Gil em 02/10/2007. <http://www.cultura.gov.br>



0a21.pdf.

Canclini, Néstor García (1999) Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização, Rio de Janeiro Editora UFRJ.

Ferré, Alberto Methol (2002) 'Juventud universitária y Mercosur', in C.H.CARDIM e C. Huguenay Filho (eds.), *Grupo de reflexão prospectiva do Mercosul*, Brasília, IPRI/Funag, p.147-154.

Freymond, Jean-Jacques (1980) Rencontres de cultures et relations internationales. *Relations Internationales* nº 24, hiver, p. 405.

FUNAG (ed.) (1997) *O MERCOSUL e a Integração Sul-Americana: Mais do que a Economia*, Brasília, FUNAG.

Gaudibert, Pierre (1972) *Action culturelle: integration et/ou subversion*, Paris, Casterman/Poche.

Getino, Octavio (2001) *Las industrias culturales del Mercosur*. Observatorio de Industrias Culturales de La Ciudad de Buenos Aires.

Held, David e McGrew, Anthony (2001) *Prós e contras da globalização*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Jameson, Frederic (2000) *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*, São Paulo, Editora Ática.

Lessa, Mônica Leite e Suppo, Hugo (2007) 'O estudos da dimensão cultural nas Relações Internacionais: atribuições teóricas e metodológicas', in M.L.Lessa e W.da S. Gonçalves

(eds.). *História das Relações Internacionais. Teoria e Processos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, p.223-250.

Lessa, Mônica Leite (2008a) *Bens e serviços culturais: o lugar do Brasil na cena internacional (2001-2006)*. Apresentado no XXXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, outubro..

Lessa, Mônica Leite (2008b) 'O Mercosul e o Ministério da Cultura do Brasil : 2003-2006', in Anais do VIII Simpósio Y I Congresso Internacional, CEINLADI. Buenos Aires, outubro.

Recondo, Gregório (1997) *Identidad, integración y creación cultural en América Latina. El desafío Del Mercosur*, Buenos Aires, UNESCO/Editorial Belgrano.

Reis, Ana Carla Fonseca (2007) *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável*, Barueri, Manole.

Saraiva, José Flávio Sombra. 'Cultura, indústria e integração: uma nova esperança no Mercosul', in G.Alvarez (ed.), *Indústrias culturais no Mercosul*, Brasília, p.15-27.

Saraiva, Miriam Gomes (2007) 'A evolução dos processos de integração na América Latina', in M.L.Lessa e W.da S. Gonçalves (eds.). *História das Relações Internacionais. Teoria e Processos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, p.111-132.

Soares, Maria Susana Arrosa (2008) A diplomacia cultural no Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional* v.51 n.1, Brasília.

Yúdice, George (2004) *A conveniência da cultura. Usos da cultura na era global*, Belo Horizonte, Humanitas.